

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

CURSO DE PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Por Andréa Glauce de Souza Siena Léo – RA: 72050139

Trabalho de Conclusão de Curso sob a Orientação da Prof(a) Sandra Mara Bessa como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia do Centro Universitário de Brasília.

Brasília, DF - 2024

A Alfabetização da criança com o transtorno do espectro autista - TEA.

Resumo: A referida pesquisa tem como objetivo analisar como funciona a alfabetização para a criança que se encontra no espectro autista, suas particularidades, seus desafios, bem como verificar quais estratégias são mais indicadas para se trabalhar com a criança autista. Vale salientar que, a criança autista pode se encontrar em vários níveis de suporte, podendo ser verbal ou não verbal, o que torna a alfabetização bem desafiadora. A pesquisa se dá por meio de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, abordando o que é o Transtorno do Espectro Autista, o TEA, as legislações que amparam a criança autista e as melhores estratégias para alfabetizar as crianças que se encontram no espectro autista. Nesse sentido, a expectativa é de que essa pesquisa possa contribuir para uma reflexão sobre os desafios e a melhor forma de alfabetizar o estudante com TEA.

Palavras-chaves: TEA; Autismo; Alfabetização; Educação Inclusiva.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, é um transtorno do neurodesenvolvimento, que se caracteriza pelos prejuízos causados em diferentes áreas do indivíduo, quais sejam: interação social, comunicação e comportamento. O TEA pode, portanto, afetar a vida do indivíduo, de diversas maneiras, tendo em vista que esse trio - interação social, comunicação e comportamento - é de suma importância para uma vida em sociedade com qualidade.

A pessoa autista, em termos gerais, possui os seguintes déficits: medo, dificuldade em seguir regras, impulsividade, confusão mental, dificuldade nas interações sociais, comprometimento na comunicação, fala anormal, resistência às mudanças, insistências em rotinas, apego a objetos, solidão, questões de ordem sensorial, seletividade alimentar, ecolalia, estereotípias, rigidez cognitiva, falta de filtro social, sinceridade em excesso, interesse obsessivo em assuntos incomuns e excêntricos, ansiedade, além de apresentar diversas comorbidades associadas.

Diante de tantas situações desafiadoras para o indivíduo pertencente ao espectro autista, as terapias multidisciplinares são muito importantes, o atendimento com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, psicopedagogos, psicomotricistas e fisioterapeutas. Não obstante, para além das terapias, a escola tem um papel fundamental para o desenvolvimento social da criança com TEA, posto que, para além da aquisição dos

conhecimentos acadêmicos, a criança poderá adequar seu comportamento para ter uma vida social mais saudável, sendo incluída em nossa sociedade.

De acordo com IAMAGUCHI (2022), apud MENDES (2010), os caminhos a serem percorridos, em relação à Educação Especial e Inclusiva no Brasil, sempre foram muito desafiadores, pode-se dizer que, o marco inicial foi, por meio da criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854.

De lá para cá, nota-se uma longa jornada no processo de inclusão das pessoas com deficiência, os Autistas no caso, dependendo sempre de leis, decretos e outros instrumentos jurídicos que salvaguardam o ingresso da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista no espaço escolar, perpassando pelos processos de exclusão, integração e inclusão.

Vale salientar que, nem sempre a criança autista teve acesso ao ensino regular. Por muito tempo, as crianças autistas ficaram à margem da sociedade, pois os sintomas do autismo aparecem logo na infância e quando a criança apresentava suas dificuldades, ela não conseguia ser inserida em uma classe de turma regular, então, a criança era encaminhada para um centro de ensino especial ou, muitas vezes, ficava em casa, fora da escola.

Contudo, em 2012, a Lei nº 12.764 Berenice Piana, criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista que permitiu a inclusão das crianças com TEA no ensino regular. Ainda assim, a verdadeira inclusão tem acontecido de forma morosa, pois falta formação continuada para os professores sobre o autismo, esclarecimento para toda a comunidade escolar sobre o que é o autismo, adaptação curricular e do ambiente para a criança autista. Não obstante, o processo de inclusão seja um ganho para toda a sociedade, no que se refere ao amparo legal para que a criança autista esteja na escola e que ela possa ter suas potencialidades desenvolvidas, o que se nota é que a escola ainda não está preparada para a inclusão.

Tendo em vista todo esse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como se dá o processo de alfabetização dos estudantes que estão dentro do espectro autista, TEA, bem como indicar estratégias que podem contribuir de forma significativa para o êxito do processo de alfabetização e letramento. No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, tem-se: a) Descrever o que é o Transtorno do Espectro Autista, TEA, compreendendo suas particularidades, b) Abordar sobre o processo de aprendizagem e as legislações que amparam a educação inclusiva c) Verificar as propostas pedagógicas para fazer a inclusão da criança autista no ensino

regular para fazer a alfabetização e o letramento.

Para alcançar tais objetivos, o método da pesquisa se dá por meio de uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo, de artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2014 a 2024), de clássicos da Pedagogia, bem como de autores renomados que abordam o tema do autismo.

1. Fundamentação Teórica

1.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista

De acordo com o DSM-V, Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, o documento mais recente no que se refere às pesquisas sobre o autismo, o paciente com o Transtorno do Espectro Autista possui alguns déficits significativos em relação à comunicação social, interação social, dificuldades na comunicação não verbal, inabilidade de desenvolver, manter e compreender relacionamentos e, para além dos prejuízos na área de comunicação social, os autistas possuem padrões de comportamento restritos e repetitivos que, geralmente, não são compreendidos em um convívio social.

Sendo assim, pode-se imaginar o quão grandes são os desafios para os indivíduos autistas obterem o seu processo de aprendizagem de forma significativa, pois eles possuem prejuízos em um trio tão fundamental nas relações humanas que são:

- Interação Social;
- Comportamento;
- Comunicação.

Para prosseguir essa discussão, faz-se necessário ter a compreensão do que é o Autismo, de acordo com as mais recentes pesquisas na literatura sobre o tema, bem como traçar uma linha do tempo para uma melhor visualização histórica dos fatos:

Ano	Acontecimentos	Referências
1906	A terminologia Autismo foi cunhada pela primeira vez em 1906 pelo psiquiatra suíço Plouller que, ao fazer suas pesquisas sobre os pensamentos do paciente com Esquizofrenia, percebia um comportamento de isolamento no indivíduo.	(Gauderer, 1993 <i>apud</i> Maluf, 2023)

1943	<p>Em 1943, os estudos sobre o autismo se intensificaram por meio do psiquiatra austríaco Leo Kanner, conhecido como o “pai do Autismo”, que dedicou seus estudos às crianças e aos problemas que as afetam, publicando sua pesquisa na revista “Nervous Children”, ressaltando o isolamento autístico e informando que essa era uma condição congênita.</p> <p>No mesmo ano, o psiquiatra austríaco Hans Asperger demonstrou em suas pesquisas que algumas crianças possuíam uma presença de intelectualidade e melhor comunicação, preocupou-se então, com a questão educacional desses sujeitos.</p>	(Gauderer, 1993 <i>apud</i> Maluf, 2023)
1949	<p>Neste ano, os estudos sobre o Autismo o desassociaram da esquizofrenia. Todavia o diagnóstico de psicose infantil permanecia, pois o psiquiatra austríaco Leo Kanner percebia características em comum nessas crianças, como por exemplo: a) dificuldade de interação com as demais pessoas; b) comportamento rígido para manter objetos em situações sem alterá-los; c) questões na linguagem como a não compreensão de metáforas e a literalidade dos discursos.</p> <p>Ainda nesse mesmo ano, um termo cunhado de “mães-geladeira”, atribuíam às mães, a culpa pelo diagnóstico da criança, pois acreditava-se que a mãe não queria a gravidez e tal rejeição afetava o bebê. No entanto, essa teoria perdeu forças posteriormente.</p> <p>Nas décadas seguintes, muitos estudos acerca do Autismo continuaram, várias teorias surgiram e a percepção que o Autismo seria um espectro, ou seja, poderia variar da deficiência intelectual até uma habilidade intelectual acima da média em uma criança diagnosticada. Dessa forma, o termo “espectro” seria empregado, informando essas variações.</p> <p>Na década de 1960, o símbolo do quebra-cabeças, foi criado por Gerald Gasson, pai de uma criança autista, que era membro do Conselho National Autistic Society em Londres para simbolizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que se encontram dentro do Transtorno do</p>	(Maluf, 2023)

	<p>Espectro Autista – TEA.</p> <p>Ademais, com o passar tempo, novas percepções foram surgindo, como por exemplo, uma criança poderia estar dentro dos marcos do desenvolvimento e em dado momento, ocorrer uma interrupção abrupta em sua evolução, até mesmo uma regressão. Além do mais, os pesquisadores notaram que o autismo era encontrado em vários países, independentemente das condições socioeconômicas e étnico-raciais.</p>	
1975	<p>O termo Autismo apareceu pela primeira vez no CID-9 como uma psicose da infância. (OMS, EDUSP 2002)</p> <p>Por mais de uma década o Transtorno do Espectro Autista – TEA foi considerado uma psicose infantil. Pesquisadores renomados como: Kanner, Bleuler, Rutter, Gould, dentre outros seguiam em suas pesquisas com o objetivo de compreender o Autismo e seus padrões de comportamento. Todavia, foi somente em 1980 que o Autismo deixou de ser considerado uma psicose infantil, e passou a ser considerado um TID, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento .</p>	(Maluf, 2023)
1988	<p>O psicólogo norueguês Ole Ivar Lovaas foi o primeiro pesquisador que obteve êxito na modificação de comportamento de crianças autistas, por meio da “Análise do Comportamento Aplicada”. A terapia comportamental de Lovaas, que consistia em 40 horas de atendimento ao paciente TEA, resultou em melhoras significativas.</p>	(Maluf, 2023)
1993	<p>O Autismo passou a integrar a Classificação Internacional de Doenças CID da OMS.</p>	(Maluf, 2023)
1994 a	<p>Ao longo dos anos, muitas pesquisas foram feitas para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista – TEA. Nas pesquisas</p>	(Costa; Antunes,

2007	<p>durante os anos de 1994 até 2007 foi-se descobrindo que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, que se apresenta na primeira infância, tendo como base de dificuldades a tríade interação social, comunicação e comportamento. Todavia, com variabilidades de indivíduo para indivíduo, bem como o nível de suporte, que pode ser de nível 1, nível 2 de ou nível 3 de suporte, podendo ser verbal ou não verbal e, para além disso, há também as comorbidades que se apresentam concomitantemente com o TEA, como por exemplo: TDAH – Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade; DI – Deficiência Intelectual; TOC – Transtorno Obsessivo Compulsivo; TOD – Transtorno Opositor Desafiante; Deficiência Motora; Ansiedade; Transtornos de Humor; transtorno do sono; Epilepsia; Esquizofrenia E transtornos gastrointestinais.</p> <p>As comorbidades supracitadas, foram estudadas ao longo dos anos e denotam os impactos na vida das pessoas autistas, bem como o comprometimento das suas funcionalidades e, com isso, pesquisadores passaram a perceber a necessidade de atendimentos multidisciplinares e de diversos profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, pedagogos, psicopedagogos, psicomotricistas e fisioterapeutas, para assim promover no indivíduo autista uma melhor qualidade de vida, a inserção nas escolas, na vida adulta, no ambiente laboral e poder proporcionar direitos e cidadania aos autistas.</p>	2023)
2012	<p>O resultado de décadas de pesquisas sobre o Autismo, trouxe a percepção de que a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista – TEA, em especial, a nível 1 de suporte, tem condições de integrar a comunidade escolar, em turmas regulares, obtendo um aproveitamento significativo.</p> <p>Para isso, fazem-se necessárias as devidas adaptações de atividades, avaliações e ambientes, que devem constar do PEI, Plano Educacional Individualizado, para fazer o atendimento deste estudante</p>	(Maluf, 2023)

	<p>com deficiência, de forma integrada à proposta pedagógica da escola e, assim, promover a inclusão escolar.</p> <p>O processo de inclusão escolar sempre foi muito desafiador em nossa sociedade, por isso, a Lei Berenice Piana nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 tem uma importância muito grande, pois ela institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das pessoas com Autismo, reservando 10% (dez) das vagas por turma no ensino regular das escolas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).</p> <p>A referida lei, suscita as seguintes determinações: acesso ao diagnóstico precoce; tratamentos; terapias; medicamentos pelo SUS; educação; proteção Social; trabalho; igualdade de oportunidades.</p>	
--	--	--

Em 2022, o Manual Diagnósticos e Estatísticas dos Transtornos Mentais, em sua 5ª versão, traz as descrições pormenorizadas dos prejuízos dos indivíduos Autistas, de acordo com suas respectivas áreas: comunicação social, interação social e os padrões restritivos e repetitivos (DSM-5-TR, 2022). Abaixo relacionados, seguem alguns padrões, em especial, do Autista nível 1 de suporte de acordo com o DSM-5 - Apa - Associação Americana de Psiquiatria:

Comunicação social e Interação Social:	Padrões restritivos e repetitivos:
Déficits na reciprocidade emocional;	Movimento motores;
Dificuldade de estabelecer uma conversa;	Uso de objetos;
Compartilhamento reduzido de interesses, afetos e emoções;	Alinhamento de objetos;
Dificuldades de responder interações sociais;	Esteriotipias;
Déficits na comunicação não verbal;	Ecolalias;
Pouco contato visual;	Girar objetos;
Déficits na compreensão e uso de gestos;	Frases indiossincráticas;
Dificuldades de ajustar o comportamento para se adequar em contextos sociais;	Rotinas e padrões ritualizados;
Dificuldades de fazer brincadeiras e amigos;	Padrão rígido de comportamento;

Comunicação social e Interação Social:	Padrões restritivos e repetitivos:
Dificuldades em se relacionar em pares;	Ingerir os mesmos alimentos;
Ausência de expressões faciais;	Hipersensibilidade aos estímulos sensoriais;
Dificuldade de fazer brincadeiras imaginativas;	Interesses incomuns ou excêntricos;
Déficits nos comportamentos comunicativos;	Cheirar coisas e objetos;
Dificuldades de compreender metáforas e literalidade em suas falas.	Fascínio por luzes e movimento.

Fonte: DSM-5-TR, 2022

Neste trabalho, adota-se o conceito de Moraes (2012, apud Bacarin, 2020) A palavra Autismo deriva da expressão em grego “autos”, ou seja, “em si mesmo”, o indivíduo que se encontra nessa condição neurodivergente, chamada Transtorno do Espectro Autista (TEA), demonstra estar voltado para si mesmo, com pouca ou nenhuma necessidade de interação social.

De acordo com Costa e Antunes (2023), subsidiado pelo DSM-5, o Autismo requer 3 (três) níveis de suporte, ou seja, o nível de apoio a esses indivíduos, podem chegar a um nível de apoio muito substancial, devido aos prejuízos e, em caso de deficiência intelectual e questões motoras, como comorbidades.

Pelo fato de que o Transtorno do Espectro Autista - TEA se trata de uma neurodivergência com muitas variabilidades, esse projeto de pesquisa, terá como escopo o “Nível 1 (um) de suporte”, às quais as crianças e os adultos autistas precisam de um apoio de nível 1 (um). Sendo assim, o Autista com as suas devidas terapias multidisciplinares, uma escola inclusiva e adaptada, poderá ser inserido no mercado de trabalho, ter uma vida laboral, social e emocional de qualidade e feliz.

1.2 Autismo, aprendizagem e legislações

TAILLE et tal (2019), em seu artigo, refere-se a Jean Piaget em sua obra “Biologie et connaissance”, trazendo o conceito de que a inteligência humana se desenvolve no indivíduo conforme suas interações sociais. Nesse sentido, reforçando esse postulado, surge a ideia de que o homem necessariamente precisa das relações sociais para seu desenvolvimento, para criação da história e a elaboração das tradições e, sem essas relações, o ser humano não existiria.

Ademais, Piaget enaltece que, desde o nascimento, o desenvolvimento intelectual ocorre de forma concomitante às obras da sociedade, sendo assim o desenvolvimento humano se dá por meio das interações sociais com o meio em que o homem está inserido. Ainda assim, corroborando com a afirmativa de Piaget, Wallon diz que o homem é geneticamente social. (Taille *et tal*, 2019).

Desse modo, na ideia do Homem como um ser Social, Jean Piaget utiliza dos seus estudos sobre os 4 estágios do desenvolvimento infantil: sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais, para concluir que é a partir da aquisição da linguagem que ocorre a socialização efetiva.

Lev Vygotsky (1896-1934) é um teórico que também defende as interações sociais como elemento para o desenvolvimento da aprendizagem e do intelecto. Além disso, Vygotsky versa sobre os fatores biológicos e sociais no desenvolvimento do indivíduo, por meio do seu livro *Pensamento e Linguagem*. Vygotsky reafirma, ainda, a ideia de que o ser humano desenvolve-se por meio de suas relações com o outro e essa relação resulta não somente nas funções psicológicas do ser humano, como no desenvolvimento da espécie humana. (Oliveira *et al*, 2019).

Diante dos postulados dos grandes autores da Pedagogia, faz-se necessário entender que as interações sociais estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento humano e, em contrapartida, um dos maiores desafios para o autista é justamente a interação social. Nesse sentido, segregação a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista – TEA deve cada vez mais se circunscrever a uma prática do passado. Na contemporaneidade, as legislações amparam a pessoa com deficiência, garantindo-lhes vários direitos com o intuito de fazer a inclusão desses sujeitos.

A Constituição Federal de 1988, em seus Art. 205 a Art. 208, versa que todo cidadão tem o direito à educação, ao atendimento especializado e à inclusão escolar, exigindo mudanças nas escolas regulares e especiais:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Para além da Constituição Federal, a Carta Magna brasileira, há outras leis que promovem a inclusão das pessoas com deficiência, em especial, as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista – TEA, como por exemplo:

1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, em seu artigo nº 54, ao dispor que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, em seu artigo nº 59, ao preconizar que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

2015 - A Lei Brasileira da pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que versa, em seu capítulo IV sobre o direito à Educação, em especial em seus artigos 27 a 32:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Para além dessas leis, há inúmeros decretos e portarias que asseguram a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar. A BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017),

por exemplo, no que diz respeito à preparação dos docentes para o atendimento das pessoas com deficiência, reconhece a diversidade dos alunos e a necessidade de promover a educação inclusiva, conforme se pode verificar no trecho “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”. E reafirma que a educação “requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)”. E entre tantas coisas, pressupõe a promoção de competências socioemocionais, tais como: a) autoconsciência, b) autogestão, consciência social, d) habilidades de relacionamento, e) tomada de decisão responsável. Competências que impactam diretamente nas maiores dificuldades das pessoas com TEA.

Posto isto, corrobora-se a ideia de que o Autismo não é uma doença e sim uma condição neurodivergente e que existem legislações que amparam a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista - TEA para estar na escola, sendo respeitado em sua diversidade. Embora um dos maiores desafios para os Autistas seja a interação social e a aprendizagem se dê por meio das interações sociais, cabe a escola, a família e a sociedade como um todo, fazerem a inclusão do aluno autista na comunidade escolar na perspectiva de que essa é uma das tantas competências que precisa desenvolver ao longo da vida. Dessa maneira, entende-se que não é o Autista que tem que se adaptar a escola, mas é a escola que precisa promover um ambiente inclusivo, por meio de atividades adaptadas, ambiente compatível, elaboração de PEI, formação de professores, para que o estudante com TEA possa sentir-se pertencente à comunidade escolar.

1.3 Propostas pedagógicas para facilitar a alfabetização e o letramento do estudante Autista:

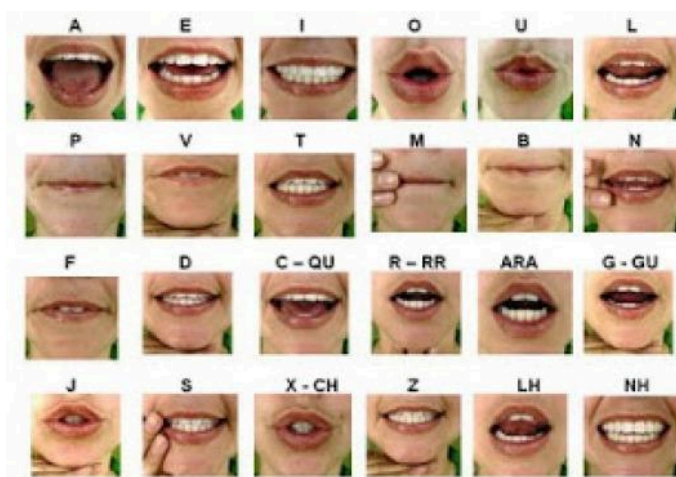
Em seu livro, *Alfaletrar*, MAGDA SOARES (2020) diz que a alfabetização e o letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos. Alfabetizar é proporcionar ao estudante o acesso aos códigos da leitura e da escrita, às normas ortográficas e as habilidades motoras para escrita. Já o letramento é a capacidade de ler e interpretar, usar da leitura para imergir no imaginário, na informação, ampliar os conhecimentos. O mesmo ocorre com o ato de escrever como instrumento de inserção das práticas sociais. Diante disso, percebe-se que, o processo de leitura e escrita, estão associados às questões das interações sociais, o que é um grande complicador na vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, devido à grande inabilidade de se relacionarem socialmente.

Oliveira (2021) aponta que a criança autista possui dificuldade de elaborar o processo de alfabetização e letramento, em relação à criança neurotípica, devido a problemas com a coordenação motora, tônus muscular, linguagem e organização, bem como as questões sensoriais, apresentando dificuldades para escrever, segurar o lápis corretamente, por exemplo. Na leitura, também há comprometimentos, dificuldades para focar, memorizar e assimilar sequências mais longas e todo esse conjunto de dificuldades torna o processo de alfabetização e letramento desafiador, o que prejudica a leitura, pois a criança lê e não entende o que leu. E, por isso, recomenda-se que o processo de alfabetização da criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA, preferencialmente, comece em torno dos 4 e 5 anos, antes das crianças típicas.

Ainda segundo Oliveira (2021), as dificuldades da criança neurodivergente são muitas, entretanto, isso não a impede de ser alfabetizada e letrada. Talvez o processo seja mais demorado, todavia não é impossível inserir a criança autista no mundo das letras, o que lhe dará autoestima, autonomia e sentimento de pertença. Dessa maneira, faz-se necessário lançar mão de estratégias de alfabetização e letramento que, de acordo as pesquisas, como o Método Fônico, sendo considerado um dos mais adequados, a qual a criança entrará em contato com o estudo do som das letras (fonemas) e a escrita (grafema).

Em suas pesquisas, OLIVEIRA (2021) enaltece o método fônico por ser um método lúdico, inteligente e não mecânico. Acima de tudo, é eficaz para proporcionar a compreensão dos textos, já que sua forma lúdica e sistemática desenvolve o raciocínio e a inteligência. O método fônico trabalha com a rota fonológica, ou seja, a criança vai ler uma palavra, mesmo que ela não compreenda o significado, todavia, ela aprenderá o som das letras (fonemas) e sua grafia (grafemas), devido a seus conhecimentos fonológicos e, posteriormente, a criança fará a rota lexical para aprender o significado. Ou seja, há um processo inicial de codificação e de decodificação para posteriormente passar ao significado global dos textos.

A criança irá aprender o som das letras, primeiramente as vogais, depois as consoantes, ela entenderá que cada letra pode ter mais de um som, como por exemplo o E que pode ser (É) ou (Ê), assim por diante. Posteriormente, serão apresentadas as consoantes, não necessariamente na ordem alfabética. Em resumo: aprender o som, combinar as letras e formar as palavras. Recomenda-se o Método das Boquinhinhas:



Fonte:

https://www.google.com/url?q=https://www.sapezal.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/934/metodo-fonovisuoarticulatorio-bo-quinhas&sa=D&source=docs&ust=1725627742961756&usg=AOvVaw3unCYmccHJUuC1_aKp-QRS

Entretanto, uma observação importante a se fazer é que, para além de usar o método fônico e começar a alfabetizar a criança autista por volta dos 4 a 5 anos de idade, existem algumas estratégias que podem ser adotadas para se trabalhar com a criança com o Transtorno do Espectro Autista – TEA no processo de alfabetização e letramento.

BARRETO (2021) informa que a criança não irá somente decorar os códigos da escrita e o som das letras, tendo em vista que o papel social da alfabetização tem que ser cumprido, no qual a criança, após aprender a ler terá sua emancipação, a melhora da sua autoestima e condições de um bom desenvolvimento intelectual. Para isso, é possível recorrer a diferentes possibilidades estratégicas, como lançar mão da literatura, pois ler para o estudante autista desperta a imaginação e a criatividade, promovendo um aprendizado rico e significativo, no qual o estudante poderá expressar seus sentimentos. No que diz respeito à produção de texto, inicialmente poderá ser feita por meio de desenhos.

Nesse tocante, Barreto (2021) ratifica que o docente poderá usar as personagens favoritas da criança. Haja a visto que a criança com TEA costuma a ter hiperfoco em alguns personagens específicos, pode-se usar essa característica como reforçador na hora da alfabetização, compreendendo-a como uma boa estratégia na criação de diálogos, apresentando as palavras, as letras, os sons das letras, enfim, propondo atividades diversificadas que envolvam tais personagens. Ainda a despeito do uso da literatura infantil como recurso, reforça-se que o papel

da família é muito importante no processo de alfabetização e letramento das crianças, em especial as atípicas, posto que ler para criança, contar histórias, sugerir que a criança faça desenhos amplia as possibilidades de aprendizagem por meio de uma boa parceria entre: família x escola x terapeutas.

Ainda sobre as estratégias para alfabetizar a criança neurodivergente, BARRETO (2021) indica ao docente:

- trabalhar a coordenação motora fina por meio de atividades como rasgar papéis, manipulação da massinha de modelar, alinhavo, recortar, fazer o movimento de pinça pegando pequenos objetos;
- utilizar materiais didáticos lúdicos, resistentes para o dia a dia, que combinem cores como por exemplo o laranja e o vermelho, para estimular a memorização;
- usar, ao se comunicar, frases curtas, objetivas, sem metáforas ou sentido figurado, para a fácil compreensão da criança;
- recorrer a jogos e brinquedos para criar vínculo com a criança, ensinando a forma adequada de brincar;
- elogiar a criança a cada conquista, trabalhar com o reforço positivo, fazer a interação social da criança atípica com as demais da sala.

Os docentes poderão lançar mão da ciência ABA, Análise do Comportamento Aplicada, para fazerem o reforçamento das atividades com as crianças autistas. A ABA é uma ciência baseada em evidências que modifica o comportamento de forma estruturada, proporcionando bons resultados e podendo ser incluída no curso de formação dos docentes (Barbosa, 2020).

Para que a inclusão de fato ocorra, faz-se necessário o apoio da sociedade como um todo, a comunidade escolar, as famílias e os terapeutas. A escola tem um papel fundamental quando se fala em inclusão. É preciso reforçar cada vez mais que todos têm direito à escola, sem distinções. Cabe aos docentes, aos gestores da escola e às famílias promoverem um ambiente livre de preconceitos e com empatia para que a aprendizagem se efetive. De acordo com Paulo Freire (1988, p.108), “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

2. Método

A referida pesquisa foi elaborada por meio da revisão narrativa da literatura, com a leitura de artigos científicos publicados nos últimos dez anos, bem como a leitura de livros de grandes teóricos e pesquisadores como por exemplo: Albuquerque, Bacarin, Barbosa, Barreto, Costa, Oliveira, Piaget, Soares, Taille, Vygotsky e Wallon, nas bases de dados do Uniceub e da rede Scielo. A pesquisa se deu pela busca de termos como autismo, TEA, inclusão, alfabetização e propostas pedagógicas.

A abordagem escolhida foi a qualitativa que, segundo BORGES (2024), propicia a produção do conhecimento por meio da aproximação entre o sujeito e o objeto, tanto na questão objetiva, como na subjetiva. A construção dos dados se faz de forma não estruturada, sem hipóteses previamente definidas, com o objetivo de buscar ações, de acordo com a ótica dos sujeitos pesquisados. Tal abordagem se mostra eficaz para esse estudo, posto que coaduna com a questão do TEA que possui inúmeras variabilidades.

Para além dos artigos, foram pesquisadas as legislações que amparam todo o processo de inclusão escolar e o DSM-5, literatura universal sobre os transtornos.

3. Análise e discussão dos resultados:

O intuito deste estudo foi demonstrar que, primeiramente, faz-se necessário conhecer a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista – TEA, perceber suas particularidades, sua relação com o mundo e a forma com que ela aprende.

Além disso, compreender que existem vários níveis de suporte e alguns com mais demandas que outros, com déficit tanto na questão do comportamento, quanto na questão da linguagem. O Autista torna-se diferente das pessoas neurotípicas, necessitando de atividades diferenciadas, planos individuais e uma compreensão como um todo, a respeito da forma que essa pessoa aprende.

Nesse aspecto, Maluf (2023), por exemplo, propõe uma linha do tempo para demonstrar que, ao longo de décadas, o estudo sobre o TEA, Transtorno do Espectro Autista, denota que esse indivíduo tem total condições de ser inserido na sociedade, ter uma vida acadêmica, laboral e ser um cidadão. Entretanto, nos casos mais desafiadores, como por exemplo, os autistas de nível 3 de suporte, não verbais, é necessária uma grande adaptação, cujo maior objetivo é promover a autonomia desse indivíduo.

Concomitantemente, para além dos estudos sobre o Autismo, as legislações são atualizadas

a fim de salvaguardar os direitos dessas pessoas e inúmeros instrumentos legais são promulgados, desde a Declaração Universal de Salamanca, a Constituição Brasileira até leis, tratados e decretos que promovem a inclusão da pessoa com deficiência em nossa sociedade.

Sob essa ótica, SOARES (2020) enaltece a questão do letramento e a importância da leitura como um instrumento de inclusão social, ressaltando que não basta conhecer os códigos, é necessário também que o indivíduo saiba interpretar, pensar, criar e, é por meio da alfabetização e do letramento que se faz o descortinamento das ideias, no qual o indivíduo passará a refletir e ter senso crítico e logo compreenderá o seu devido lugar como cidadão.

Os autores trabalhados sinalizam sobre a importância da capacitação dos professores e da busca incessante de práticas pedagógicas adequadas, modernas e com bases científicas para implementar em sala de aula, permitindo que o processo de aprendizagem seja significativo para o estudante.

Conclusão:

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, versa que o acesso à escola é direito universal, portanto, todo cidadão tem direito à educação e a escola precisa ser inclusiva, por isso, são tão importantes os estudos sobre autismo, inclusão e práticas pedagógicas adequadas e adaptadas.

Essa pesquisa oferece um panorama dos estudos sobre o TEA, Transtorno do Espectro Autista, ao longo dos anos; apresenta as principais leis que salvaguardam os direitos dos autistas; salienta as principais características e particularidades das crianças autistas, propõe uma forma de alfabetização por meio do método fônico e ressalta a importância da inclusão escolar para atender a tais necessidades por meio de estratégias que possibilitem maior interação social e desenvolvimento de competências de leitura, de escrita e socioemocionais.

A concepção de uma sociedade mais justa e igualitária, passa pela união de esforços, capacitação de professores, utilização de estratégias adequadas e de promoção do sentimento de pertença da criança autista no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BACARIN, Ligia Maria Bueno Pereira. **Transtorno do espectro autista**. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em 07 Set 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> Acesso em 07 Set 2024.

BARBOSA, G.F.C. PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Revista Intersaberes**. Vol. 9, n 18. Modalidade: Educação Inclusiva. PR (2020). Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1295>. Acesso em 01 Set 2024.

BARRETO, M. F. (2021). Alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). **Revista Amor Mundi**, 2(4), 45–56. Sergipe - SE. Disponível em: <<https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i4.98>. Acesso em 01 Set 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Artigos: Art. 205 a Art.208. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 Set 2024.

COSTA, Annelise Júlio; ANTUNES, Andressa Moreira (org.). **Leve pra quem?: transtorno do espectro autista nível 1 de suporte**. Belo Horizonte, MG: Editora Ampla, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASÍLIA: **Diário Oficial da União**. BRASIL. **Lei Berenice Piana** nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 16 de Agosto de 2024.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5 / American Psychiatric Association** ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. – 5.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm. Acesso em: 07 Set 2024.

IAMAGUCHI, Harumi Agnes. **O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NA AUTOFORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**. Unesp. Universidade Estadual Júlio de Mesquita. Presidente Prudente-SP.2022. Conteúdo digital. Disponível em< <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c574a1b6-d58e-470b-9ffb-d611e1c86cdb/content> > Acesso em 01 Dez 2024.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Autista ... e agora?: teorias e práticas vivenciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2024.

OLIVEIRA, Jocirley de; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Leitura e Escrita em Crianças com Autismo. **JNT- Facit Business and Technology Journal**. QUALIS B1. 2021. Agosto. Ed. 29. V.

1. Págs.243-262. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br> > Acesso em 01 de Set 2024

SOARES, Magda. **Alfabetar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2024.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/204149/epub/0?code=hY/iBeh+l84mL0LbPd11fLvCk5N/3jRh5iONXL9GS2lf5Hz22DOzggLrzS0Bi9U/M47ViEpR+EBEhXuNsallcA==>Acesso em: 15 set. 2024.